

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1716314 - SP (2017/0329257-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : JOSE DOMINGOS GONZAGA
AGRAVANTE : JOSE APARECIDO BERNARDES DA SILVA
AGRAVANTE : JOSE BARBOSA
AGRAVANTE : LIDIA SILVESTRINI DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : JOAO AGUILAR DARE
AGRAVANTE : ANA MARIA CERA VOLO TESSER
AGRAVANTE : NEIDE LEMES FERREIRA DIAS
AGRAVANTE : JOSE DE LIMA COLEONI
AGRAVANTE : IRENE PALACIO BENTO DA SILVA
AGRAVANTE : FRANCISCO RAVANHAN
AGRAVANTE : ANTONIO VERGILIO SOARES
AGRAVANTE : LUIZ CARLOS GALASSI
AGRAVANTE : DIVA SECOLLIN BARBOSA
AGRAVANTE : LUIS APARECIDO PALUDETO
AGRAVANTE : ANTONIO BENEDITO CARPANEZI
AGRAVANTE : FRANCISCO ROBERTO NARCISO
AGRAVANTE : ANA PAULA ALVARES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : ABEL ABEL
AGRAVANTE : SILVIO PEREIRA
ADVOGADO : RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212
AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS
ADVOGADO : LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA - MG111202
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : JOSÉ ANTÔNIO ANDRADE - SP087317

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO/CONFORMAÇÃO. ATO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e/ou devolução dos autos à origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação após o julgamento de questão cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui conteúdo decisório, razão pela qual é irrecorrível. Além disso, nesses casos revela-se a primazia do viés constitucional do tema em debate. Precedentes.

2. Agravo interno não conhecido.

ACORDAO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

